

PROJETO DE LEI Nº , de 2005.

(Do Sr. Nelson Marquezelli)

Dispõe sobre a isenção do IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados, na aquisição de material escolar e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º - Ficam isentos do IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados, os materiais escolares de fabricação nacional.

Art. 2º - O benefício previsto no art. 1º será extensivo aos cadernos univertários, agenda escolar, régua, caneta, borracha, pastas , mochilas, tesouras e tintas plásticas adotadas pelas escolas públicas e particulares.

Art. 3º - A isenção deverá ser fiscalizada pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, mediante compromisso expresso do adquirente de que os materiais escolares serão usados na forma do art. 2º .

Art. 4º - A inobservância na destinação dos materiais escolares adquiridos, sujeita o adquirente ao pagamento de multa e juros moratórios previstos na legislação em vigor para hipótese de fraude ou falta de pagamento do imposto devido.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor da data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

O alto custo dos materiais escolares inibem a efetiva participação da população mais carente na sua aquisição e reduzem o aprendizado de milhões de crianças em todo o país.

O Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário, o IBPT, avalia que em torno de 40% do material escolar corresponde a tributos, incluindo-se o Imposto sobre Produtos Industrializados.

Como exemplo, e não temos a veleidade de apresentar uma lista de material escolar definitiva, a carga tributária de caderno universitário é de 36,19%, a das agendas escolares é de 44,39%, a da régua é de 45,85%, a de caneta é de 48,69%, borracha com 44,39%, pastas em geral com 41,17%, mochilas é de 40,82% e tintas plásticas com 37,42%.

A voracidade da Receita Federal não está poupando as crianças e os jovens universitários, principalmente sobre os bens que deveriam ter o consumo estimulado, e só em 2005 o preço dos livros e demais materiais escolares sofreu um aumento de 25% para o próximo ano letivo em relação a este ano. De acordo com os gerentes das livrarias, o reajuste no preço dos livros didáticos foi de 10% e dos materiais escolares chegou a 15% em 2005.

Fica evidente o elevado alcance social da medida proposta para a educação de nossos jovens e para todo o país, razão pela qual esperamos contar com o apoio do Congresso Nacional em sua aprovação.

Sala das Sessões, em de fevereiro de 2005.

Deputado NELSON MARQUEZELLI
PTB-SP